

Aprovada na 822ª sessão

ALADI/CR/Ata 819
13 de novembro de 2002
Hora: 10h45m às 12h50m

ATA DA 819ª. SESSÃO, ORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 810a., 814a., 816a. e 817a. sessões.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.
5. Relatório sobre a evolução do acordo: "Acordo Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio" (ALADI/SEC/di 1694).
6. Apresentação do Estudo sobre "Evolução do comércio negociado entre os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)" (ALADI/SEC/Estudo 152).
7. Assuntos diversos.
 - Declarações de Cuba sobre o bloqueio econômico.
 - Seminário do Chile sobre preferências negociadas na ALADI.

- Adiamento das reuniões do Conselho de Assuntos Aduaneiros e de Peritos Governamentais em matéria de Trânsito Aduaneiro, para o próximo ano.

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), María Elena García de Baccino (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Otávio Brandelli e Michel Arslanian Neto (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia); José Felipe Chaple Hernández (Cuba); Juan Carlos Faidutti Estrada e Julio Prado Espinosa (Equador); Jesús Puente Leyva, Luz María de la Mora Sánchez e César Manuel Remis Santos (México), José María Casal e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Perú), Elbio Rosselli e Miguel Pereira (Uruguai), Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela) e Igor Romanchenko (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Damos início à 819ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Submete-se a consideração dos Senhores Representantes o primeiro ponto da Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

Sobre este ponto ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado. Os documentos entrados constam no documento incorporado nas pastas das Representações para facilitar sua participação nesta reunião e faz parte da presente ata.

“1. Representação Permanente do Paraguai. Nota No. RP/ALADI/4/135/02, de 1º.XI.2002.

Envia, em anexo, o comunicado de imprensa recebido do Serviço Nacional de Saúde Animal (SENACSA) e as publicações jornalísticas, relativas aos resultados de

laboratório complementares das amostras tomadas em animais da espécie bovina por PANAFTOSA.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1507.

2. O Embaixador do Chile na Argentina, Buenos Aires, por nota de 22.X.2002, comunica à Senhora María Teresa Freddolino que o Governo do Chile resolveu condecorá-la com a Ordem ao Mérito do Chile, no grau de Grande Oficial, em reconhecimento a suas substantivas contribuições no âmbito das relações entre esses dois países e solicita informação sobre a data mais conveniente para a organização de uma recepção.

3. Acordos e Protocolos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 (1º de maio - 31 de agosto de 2002) (ALADI/SEC/di 1652.1).”

Deve destacar-se, em primeiro lugar, a comunicação do Embaixador da República do Chile na Argentina, de 22 de outubro deste ano, pela qual informa à Embaixadora María Teresa Freddolino que o Governo do Chile resolveu condecorá-la com a Ordem ao Mérito do Chile, no grau de Grande Oficial, em reconhecimento a suas substantivas contribuições no âmbito das relações entre esses dois países e solicita fixar a data para o evento, dia 9 de dezembro próximo.

A Secretaria e o Secretário-Geral felicitam sua colega, Embaixadora Freddolino, por esta distinção do Governo do Chile, desejando-lhe que esta comemoração seja concretizada.

Outrossim, Senhor Presidente, corresponde informar que após a publicação do documento Assuntos em pauta, acordamos assinar um acordo de cooperação com a empresa espanhola REINGEX/EENI, a fim de desenvolver programas de capacitação, através da Internet. Reingex é uma empresa espanhola especializada no desenvolvimento de programas educacionais multimídia -*e-learning*- de comércio exterior, marketing internacional e *e-business*, com a qual vamos trabalhar para fomentar, basicamente, a capacitação de nossos funcionários neste tipo de matéria.

Senhor Presidente, também entraram em vigor e foram assinados alguns protocolos adicionais, que constam no documento anteriormente mencionado. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

A Delegação do Chile deseja fazer uso da palavra.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria referir-me, especificamente, à informação do Secretário-Geral sobre a distinção que nosso Governo outorgará, na pessoa da Secretária-Geral Adjunta, María Teresa Freddolino, que se materializará na condecoração da Ordem ao Mérito do Chile, no Grau de Grande Oficial, que será entregue em Buenos Aires pelo nosso Embaixador na República Argentina.

Desejaria destacar que esta condecoração à Embaixadora Freddolino está muito relacionada com a integração latino-americana, já que ela juntamente com outros funcionários da Chancelaria e do Governo argentino colaboraram estreitamente, de forma muito direta e eficaz, para o fortalecimento dos laços de integração entre o Chile e a Argentina, especialmente, como os senhores lembrarão, na solução das 24 situações pendentes entre nossos dois países e também no referente a um projeto emblemático de integração como foi o Tratado Mineiro que, como todos sabemos, é um tratado único no mundo por suas características jurídicas e por sua projeção produtiva e, portanto, emblemático no que se refere aos processos de integração.

A Embaixadora Freddolino possui, portanto, para nosso Governo todas as qualidades para a obtenção desta distinção instituída por nosso Prócer nos alvares da independência de nosso país. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador.

Desejo aderir às palavras de congratulações para a Embaixadora Freddolino.

3. Consideração das atas correspondentes às 810a., 814a., 816a. e 817a. sessões.

Submete-se a consideração o ponto terceiro correspondente à aprovação das atas 810, 814, 816 e 817.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente.

Aprovamos as atas e informamos que amanhã enviaremos as correções de estilo.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). Fizemos observações de forma à ata 814 e já foram entregues à Secretaria.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Sendo assim, com as modificações de estilo, que enviarão as Representações do Paraguai e da Venezuela, aprovam-se.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.

Passamos ao ponto quatro sobre o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico. Tem a palavra o Embaixador Héctor Casanueva, Coordenador do Grupo.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Como os Senhores Representantes lembrarão, em uma sessão passada, submeteu-se a consideração deste Comitê um dos estudos encarregados e incorporados no Programa de Atividades da Associação em matéria de economia, comércio eletrônico, situação tributária, etc., que mereceu observações das diversas

delegações, tendo-se decidido, naquele momento, que esse documento fosse retirado da página web da Associação como estava incorporado nesse momento. Ao mesmo tempo o Grupo de Trabalho se reuniu para considerar novamente este tema, baseado nas observações das Delegações e como ficou pendente a apresentação de um segundo documento sobre Governo Digital, decidiu-se que este documento também fosse considerado previamente pelo Grupo de Trabalho, antes de ser apresentado no Comitê de Representantes.

Por outro lado, ambos os documentos, como apresentados originalmente, serviriam de base para o Seminário-Oficina que se realizará no final do mês, e deveriam ser revisados pelo Grupo de Trabalho.

Isto se realizou, Senhor Presidente, em uma reunião de 6 de novembro, onde as delegações decidiram o seguinte: em primeiro lugar, após a consideração geral e de alguns pontos específicos e levando em conta as notas recebidas pela Secretaria das Representações do Peru, da Colômbia, em nome da Comunidade Andina, da Bolívia, do Chile, do México e também as considerações da reunião do Grupo de Trabalho, concluiu-se que ambos os documentos, tanto o referente à “Situação Tributária do Comércio Eletrônico na região”, como o referente a “Governo Digital”, são documentos incompletos e não abrangem as expectativas esperadas, de acordo com os termos de referência aprovados.

Por conseguinte, decidiu-se, em primeiro lugar, que estes documentos não tenham caráter de estudo, mas que sejam considerados como trabalhos em etapa de elaboração, que devem ser revisados e complementados pelos consultores, sob a supervisão e coordenação da Secretaria e das pessoas encarregadas diretamente pela Secretaria para estes efeitos e que este trabalho se realize fazendo consultas às Representações, para que tenham a oportunidade de colaborar com informações e na correção de erros que possam ser verificados.

Em segundo lugar, estes documentos não serão discutidos no Seminário-Oficina de 28 e 29 de novembro, justamente pelo caráter já indicado.

No que se refere ao tema central do Seminário-Oficina que realizaremos sobre Governo Digital, tanto a Secretaria como Coordenador iam elaborar uma pauta para os delegados dos países-membros apresentarem uma situação específica sobre o estado das tecnologias da informação em seu país, bem como dos avanços registrados em matéria de Governo Digital, para que possam ser utilizados para aperfeiçoar os documentos.

Ao mesmo tempo, no segundo dia do Seminário-Oficina realizar-se-á um debate geral sobre a situação do Governo Digital na região ALADI e serão estabelecidas as bases, como foi indicado no plano de Atividades da Associação, de um programa de cooperação entre os países-membros nesta matéria.

Finalmente, acordou-se que a Secretaria, que já nos informou que está totalmente disponível, estabeleça os mecanismos para que os consultores destes Estudos participem das apresentações que forem feitas no seminário, visando aperfeiçoar os documentos para serem novamente apresentados no Comitê.

Estas decisões, Senhor Presidente, tal como analisadas no Grupo de Trabalho, estão orientadas estritamente a fortalecer esta área de trabalho iniciada pela Associação há dois anos. O espírito com que estas decisões foram adotadas tem a

ver diretamente com a necessidade de preservar a qualidade do trabalho da Associação em geral, especificamente em uma matéria que, precisamente por ser nova e muito sensível requer a máxima atenção.

Desejaria também destacar a abertura e, ao mesmo tempo, a grande disposição profissional e técnica do Secretário-Geral Adjunto, Leonardo Mejía, encarregado destes temas, para considerar as propostas e as observações apresentadas pelas Delegações a fim de recolher estas decisões na perspectiva assinalada de preparar alguns documentos que marquem um elo nestas matérias na região e que possam servir para projetar o trabalho da Associação e dos países-membros em um Programa de Cooperação futura, tão necessário para nós.

Por conseguinte, Senhor Presidente, pelo debate realizado no Comitê de Representantes, e pela forma em que as Representações juntamente com a Secretaria assumimos esta situação, considero que vamos efetuar um bom trabalho.

O Seminário de 28 de 29 contribuirá, de forma importante, para o estudo desta matéria, não somente no âmbito latino-americano, mas também no âmbito geral dos organismos internacionais e, portanto, desejaria reiterar também às Representações que é necessário dedicar-nos plenamente a este trabalho para que o Seminário de 28 e 29 seja positivo. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador, Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). A Representação do Equador não participou da reunião de trabalho de comércio eletrônico realizada dia 6 de novembro deste ano, portanto, desejaríamos fazer algumas reflexões encaminhadas a superar os erros detectados no Estudo.

No Estudo sobre a “Situação tributária do comércio eletrônico” observamos que nele os consultores tratam de encontrar uma solução aos problemas provocados pela globalização da economia e pelos avanços nos campos tecnológicos e nas comunicações sobre a tributação de nossos países, até o momento baseados em critérios de lineamentos desenhados para as transações realizadas no comércio tradicional, mediante a formulação de um conjunto de propostas que permitam a adequação das legislações internas às novas modalidades do comércio.

Estas propostas, constam nesse relatório e visam desenvolver uma legislação tributária, que além de evitar a implementação de medidas que prejudiquem o crescimento do comércio eletrônico, estabeleçam condições equitativas de competência entre aqueles que participam da atividade comercial.

A esse respeito desejaria ressaltar um dado que deve levar-nos a uma profunda meditação. Na página 36 do documento os consultores indicam que para o ano 2010, como conseqüência das operações de comércio eletrônico, as receitas tributárias da região diminuirão 44 milhões de dólares, representando uma diminuição de 14% no total de receitas tributárias da região.

As recomendações feitas pelos consultores são dignas de serem consideradas pela região. Por conseguinte, devem ser urgentemente analisadas, de forma

conjunta, por especialistas em comércio eletrônico e em disciplinas fiscais de cada país para com seu assessoramento poder estruturar projetos de acordos a serem apresentados para sua consideração ao próximo Conselho de Ministros da ALADI.

Estou de acordo com várias Representações em que existem erros de forma e de fundo no documento que, em breve, deve ser revisado pelos consultores e pela Secretaria-Geral. Consideramos também que o Anexo 1 não contribui a sustentar as propostas apresentadas e, portanto, considero que deve ser eliminado da versão revisada do Estudo.

Quanto ao Estudo sobre o Governo Digital, este nos fornece uma primeira aproximação ao conhecimento, às ações revisadas pelos Governos da região para digitalizar seus serviços, bem como para a difusão da internet e do comércio eletrônico. Igualmente para conhecer os sistemas de compras eletrônicas que estão sendo desenvolvidos na região e, de forma preliminar, as características da presença dos Governos na web.

Não obstante o comentado, verificamos algumas limitações, como a carência de informação para várias das perguntas feitas pelo consultor relativas à análise das políticas públicas e os sites de compras do Estado, mas se considera que estes somente poderão ser superados com a contribuição responsável de cada país na implementação destes programas.

Isso é tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação de la ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, desejaria agradecer enormemente o Embaixador Casanueva pela apresentação deste relatório que reflete fielmente o acontecido no Grupo quando foi discutida esta questão.

Na realidade, tenho duas ou três perguntas com relação a este tema. Não vou falar de novo sobre a qualidade dos Estudos, como devem ser feitos porque isto já foi adequadamente tratado no Grupo. Não considero que esta seja a oportunidade. Em primeiro lugar, desejaria consultar a Secretaria se recebeu os nomes dos peritos que participarão deste evento. Considero que este é um dado bastante relevante porque deveremos ter a certeza de que os peritos virão porque seria pouco sério que eu ocupasse o lugar do perito.

O segundo ponto que queria consultar, se entendi bem, era se se tinha acordado que seriam elaboradas as instruções sobre a possível participação do setor privado de maneira virtual e realmente nós não recebemos instruções nem temos idéia de como participaria, de forma virtual, o setor privado, e muito menos se vêm ou não à Sala porque pode acontecer, efetivamente, se existe interesse que venha uma delegação com pessoal do setor privado. Quais seriam as possibilidades, isto é, que tipo de participação teria o Seminário. Não temos claro este aspecto.

Também me estão dizendo que não está clara a segunda parte dos termos de referência, referente à participação do setor privado em particular. Muito obrigado.

PRESIDENTE. O Secretário-Geral Adjunto informará sobre este ponto.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Obrigado, Senhor Presidente.

Com relação à primeira pergunta informo que a Secretaria-Geral preparou as instruções que foram entregues ao Senhor Coordenador em 22 de outubro. Em segundo lugar, com relação aos delegados, nessas instruções são estabelecidas as condições para sua participação, bem como a forma virtual em que cada um dos países participaria, para o qual seria contratada uma empresa consultora que realizaria a transmissão virtual desse evento.

A respeito das pessoas acreditadas, até a data recebemos os nomes de delegados de cinco países: Argentina, México, Chile, Brasil e Paraguai. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado Presidente. Desejaria complementar esta informação.

O aide-mémoire ou a pauta para a participação virtual de delegados dos países-membros nas capitais e também pessoas do setor privado, foi tratado em uma sessão especial do Grupo de Trabalho onde foram tratados, também, todos os aspectos técnicos desta matéria e além disso na reunião de 6 de novembro a Secretaria distribuiu o aide-mémoire e uma versão corrigida no que se refere às datas. Quanto ao tema já informamos que os Estudos não serão considerados no Seminário-Oficina. A versão corrigida será distribuída pela Secretaria.

Creio que o Senhor Secretário-Adjunto já preparou a versão corrigida, por conseguinte, considero que temos suficiente tempo para elaborar nas capitais o desenho que permita participar o setor público e o setor privado, através do sistema e do mecanismo que estabelecido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, solicito ao Senhor Secretário-Geral Adjunto que nos informe se a Secretaria está em condições de distribuir estas instruções corrigidas.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo F. Mejía). Com base em uma modificação proposta pela Coordenação, as instruções serão imprimidas e distribuídas na tarde de hoje às Representações.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A reflexão que ia fazer antes da intervenção do Embaixador Casanueva se vincula com o seguinte, mas tem caráter de consulta, é uma preocupação minha. O Secretário-Geral nos informou que o encontro se realizará em quinze dias e até agora apenas foram acreditadas cinco delegações. Isto me preocupa muito e expliquei por que. Porque estamos tratando um tema, creio que todos coincidimos, prioritário. O dado que nos leu o Senhor Embaixador do Equador deve ser considerado seriamente. Ou seja, que em 2010 –isto significa em poucos anos- nossos países vejam suas receitas fiscais reduzidas em uma magnitude dessa natureza. É um dado que deveria ser levado em consideração.

Sobre este tema há muita informação, inclusive em nossos países. Por conseguinte, Embaixador Casanueva, compartilho de sua preocupação de manter ou não a data do encontro. Digo isto porque tratando-se de um tema tão importante que

somente cinco delegações, dos doze países representados mandem seus delegados, é dar um sinal equivocado sobre o trabalho que estamos tratando de realizar.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, o importante é saber se com essas cinco delegações temos massa crítica para alimentar a experiência deste Seminário-Oficina.

No caso do México creio que contribuirá de forma importante, porque estará representado por um representante do programa COMPRANET, que é um esquema ambicioso de transparência, de informação ampla e de alcance significativo nas compras de Estado, nas compras do governo, onde existem competências de interesses cruzados, etc. E há algumas outras contribuições de nossa Representação. Sugeriria que junto com a versão corrigida que receberemos deste assunto, nos informassem de forma escrita a lista dos peritos que participarão e os temas a serem tratados. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador. Tem a palavra o Senhor Embaixador do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Elbio Rosselli). Muito brevemente, para informar que o Uruguai embora não tenha comunicado formalmente o nome dos peritos que participarão vai fazer parte deste seminário. O Uruguai estará representado, mas simplesmente não temos definido quem presidirá a Delegação.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Creio que a preocupação da Presidência ficou bastante esclarecida. Até o momento participariam sete delegações e penso que participarão mais. Além disso, lamentavelmente é uma má prática de todos nós acreditar nossas delegações poucos dias antes da reunião. Geralmente isto acontece 15 dias antes da reunião e creio que, como manifestou o Embaixador do México, contaremos com os delegados suficientes para tratar este tema.

Desejo fazer alguns comentários sobre o dado muito preocupante indicado pelo Embaixador do Equador em matéria fiscal, que conseqüências tributárias terá até 2010, que está muito próximo.

Minha opinião, sem entrar na análise profunda do tema, é que o fisco nunca perde, creio que uma característica destes processos é que costumam ser fiscalmente, pelo menos, neutros e se além disso podemos tratar um programa permanente de cooperação entre nossos países-membros para o desenvolvimento do comércio eletrônico e das tecnologias da informação, creio que as receitas tributárias que se produzirão nos Estados pelo próprio crescimento do processo seria suficiente para cobrir a arrecadação que produziria.

Mas, obviamente, isso ocorrerá na medida precisamente em que tratemos em conjunto algumas políticas, algumas iniciativas, alguns programas e justamente o Seminário de 28 e 29 incidem neste aspecto, obtendo a cooperação entre nossos países nestas matérias. Muito obrigado, Presidente.

Representação da BOLÍVIA (María Elena García de Baccino). Considero muito oportuna a participação do delegado da Argentina. Nosso delegado já foi designado para assistir a este evento, porém era necessário um aide-mémoire para conhecer seu perfil. Por conseguinte, com a documentação que hoje nos enviará a Secretaria já poderíamos enviá-lo a nossa Capital, para informar a pessoa que representará meu país, de acordo com os parâmetros indicados. Obrigado.

PRESIDENTE. Creio que como manifestaram os Embaixadores do México e do Chile estamos juntando massa crítica. Minhas palavras produziram três incorporações, por conseguinte foram positivas.

O Secretário-Geral tinha solicitado a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Tomamos nota de todas as observações feitas hoje sobre o tratamento deste tema e do relatório apresentado pela Representação Permanente do Chile, coordenadora deste Grupo de Trabalho.

No entanto, desejaríamos fazer algumas precisões. Em relação ao documento dos assuntos tributários, já fizemos as correções de forma indicadas sobre o tema. Na verdade devemos fazer uma *mea culpa*, porque faltou um trabalho de edição como corresponde no trabalho publicado, mas já foi corrigido. Certamente, já existe a tradução para a língua portuguesa deste documento.

Pensamos que seria conveniente que nos enviassem as observações de fundo do documento que ainda não chegaram a nossas mãos. Nenhuma delegação fez observações de fundo ao documento, sim de forma. Não obstante o manifestado pelo Embaixador do Chile todas as correções feitas, já estão incorporadas à nova versão, que ainda não foi publicada.

De qualquer maneira solicitamos às demais Delegações que nos enviem as observações de fundo adicionais para poder fazer as correspondentes correções.

Quanto ao documento de Governo Digital, obviamente devemos partir da base de que é um problema de enfoque metodológico. Isso depende do critério de cada um. Acredito que no Grupo de Trabalho a senhora delegada do México, apresentou um tema muito importante para ser levado em conta. No entanto, devemos destacar dois aspectos. O primeiro é a forma como encara o consultor os termos de referência e como os leva à prática. Os termos de referência, como a própria palavra diz, é um âmbito de referência da forma como será desenvolvido o trabalho, seus objetivos e as tarefas que deveriam cumprir-se, mas, evidentemente, essa forma de cumprir com o trabalho tem uma limitação muito grande que é o período de duração do contrato e os recursos alocados para seu desenvolvimento.

Aqui, evidentemente, se a Secretaria tivesse feito uma exposição prévia sobre as restrições metodológicas do trabalho, provavelmente a situação se tivesse solucionado. Talvez o documento não tivesse sido desqualificado tão rapidamente, como efetivamente neste momento está e é uma decisão adotada pelos países e nós a aceitamos como tal.

Porém, pensamos que essa explicação prévia foi feita de maneira tal de colocar o documento e seu enfoque dentro de um contexto que, repito, está dado em alguns

termos de referência, também aprovados pelos países. Pensamos que a partir da realização do Seminário-Oficina, em 15 dias, poderá realizar-se a revisão da documentação. No entanto, insisto em que seria muito conveniente que assim como a Representação do Chile, as demais Representações nos enviem as observações de fundo e de conceito sobre o relacionado com o documento da tributação.

Presidente, levando em conta a sugestão do Grupo de Trabalho, vamos convidar os Senhores Consultores que elaboraram ambos os trabalhos, para participarem do Seminário que realizaremos em duas semanas, a fim de que eles possam interatuar com as Delegações que venham das capitais e possam atender as observações, discutir sobre ambos os temas e enriquecer os documentos.

Finalmente desejo manifestar que este tema do qual todos estamos aprendendo, é um processo interativo, porque é um tema novo, que inclusive não foi tratado a nível internacional, na OMC casualmente, inclusive, existe um *waiver* para o tratamento tributário, em matéria de comércio eletrônico. Os consultores forma escolhidos com base nas sugestões dos próprios países-membros, porque nós não dispúnhamos, em nossa base de consultores, de pessoas especializadas neste tema, porque é um tema novo e em alguns casos também vários dos países manifestaram, sugeriram nomes e com base nessa lista selecionamos os consultores, levando em conta os méritos correspondentes à qualidade de um profissional para os trabalhos que realizamos.

Creio que além disso, o procedimento deve realizar-se antes de ingressar o documento na web. Efetivamente o tema deve ser discutido pelos países, porém tivemos muito boas experiências quando tratamos alguns documentos nas sessões, mas também tivemos muitas experiências negativas porque não houve contribuições de fundo para o tema que estava sendo tratado e depois de sua publicação houve queixas. Devemos também ser realistas e isso aconteceu em reiteradas ocasiões.

Senhor Presidente, tomamos nota das observações, das discussões, da decisão adotada pelo Grupo de Trabalho, mas solicitamos que os países nos enviem as observações de fundo por escrito para poder, após o Seminário que se realize na sede da Associação, enriquecer nosso trabalho e evitar situações embaraçosas que possam comprometer não somente a qualidade de trabalho dos consultores, mas a qualidade de trabalho da própria Secretaria-Geral.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). Somente queria manifestar ao Presidente que a primeira vez que foi tratado este tema, fizemos uma observação. Lembro, inclusive, a página onde foi feita, a página 19, onde havia um erro de fundo quanto aos acordos para a eliminação da dupla tributação entre os países.

Era um tema de fundo e não acredito que seja necessário argumentá-lo. Imagino que já foi corrigido, porque tinham sido escolhidos acordos de promoção de investimento ou algo parecido e não havia reciprocidade. Identificamos também alguns erros de fundo no segundo trabalho na parte já publicada. Estamos pensando, com os delegados que participarão da reunião, fazer uma apresentação ordenada, uma contribuição ordenada, porque já temos uma série de observações nos dois

documentos, mas preferiríamos estudá-las com os delegados. Refiro-me, concretamente a que, por exemplo, no segundo documento nem sequer se menciona a rede que une os órgãos nacionais que intercomunicam os órgãos. Aqui não aparece a Rede Platino.

Então seria interessante, para não voltar a este tema e para encaminhá-lo melhor, esperar a vinda de nossos delegados para apresentar todas as observações necessárias. Essa era a metodologia que considerávamos correta. Se há outra recomendação no sentido de adiantar alguma das observações, também estaríamos dispostos a fazê-lo, mas como digo, até o momento estamos prontos para apresentar nossas observações quando venham os delegados ao Seminário no final deste mês. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente.

Muito brevemente, meu primeiro comentário é que evidentemente o Seminário sobre Governo Digital, onde cada um dos representantes de nossos países fará uma exposição sobre a situação de seu país é feito levando em conta cada um dos aspectos do trabalho. Não tenho dúvidas de que não teria sentido fazê-lo de forma antecipada.

Em segundo lugar desejaria fazer um comentário com relação às palavras do Secretário-Geral. Considero excelente que venham os consultores e esclareço que um deles é argentino, mas espero que sua participação não implique nenhuma despesa à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Desejaria esclarecer, em primeiro lugar, e já foi esclarecido com o delegado da Venezuela, que no Seminário-Oficina não vamos tratar de forma pormenorizada os Estudos, porque já ficou claro que não serão considerados no Seminário. O Seminário-Oficina tem por objetivo, como manifestou o Representante da Argentina, que cada país faça uma apresentação clara e profunda sobre a situação do Governo Digital em seu país, e no segundo dia chegar a um acordo em alguns temas comuns que poderiam servir de base para um programa de cooperação que devemos incorporar no plano de atividades da Associação. Em segundo lugar, considero estupenda a idéia de aproveitar a presença de nossos delegados, para ter uma reunião de técnicos da Secretaria ou dos próprios peritos para tratar temas específicos. Creio que é uma idéia muito boa e pode servir, mas como uma reunião paralela à do Seminário-Oficina.

Presidente, em primeiro lugar, desejo destacar a predisposição do Senhor Secretário-Geral e de sua equipe em tomar estes temas tal com foram apresentados pelo Grupo de Trabalho e por este Comitê, com caráter construtivo para que o trabalho seja positivo. Com esse espírito desejaria fazer constar, Senhor Secretário-Geral, que há várias Representações que fizeram observações não somente de forma, mas de fundo nos Estudos. Ainda faltam outras e provavelmente se possa continuar complementando, porque quando falamos de observações de forma parecia que fossem erros de digitação, como dizíamos os que trabalhávamos na

“Underwood”. Não estamos falando disso, Senhor Secretário-Geral. Não estamos falando disso, estamos falando, por exemplo, de que há documentos sem data e além disso está registrado no próprio documento que não se encontrou a data, quando clicando duas vezes se encontra perfeitamente o documento, a data, etc. Isso já não é um erro de forma, é uma falta de rapidez na busca da informação.

Estamos falando, por exemplo, de que no caso de um país determinado, de vinte itens que deviam ser respondidos pelo consultor, em quinze deles não se encontrou informação ou estamos falando, no caso de nosso país, que não se registraram programas tão fundamentais e que são publicamente conhecidos, porque já estão sendo aplicados há muito tempo, como o programa de links, que une toda a rede educacional do país de ensino básico e médio ou como o programa de compras governamentais em seus aspectos operacionais e em características.

Enfim, Senhor Secretário, realmente não creio que seja necessário, por isso está nos documentos, no relatório do Grupo de Trabalho. Aqui estamos falando de um problema de fundo e de observações de fundo que fizemos e que continuaremos fazendo. Não se produziram desqualificações *ex ante* a este documento. Seria impossível que se tivessem produzido *ex ante* quando o que foi *ex ante* é que nos encontramos com ambos os documentos ou com um deles na web antes de que fossem conhecidos pelo Comitê, documentos que nem sequer passaram por uma revisão de controle de qualidade, porque se pelos menos se tivesse feito essa revisão não teriam passado esses erros tão graves como, por exemplo, mencionar que a Bolívia é um Estado Federal ou que os contribuintes no Chile tributam segundo a lei argentina, dados que figuram especificamente no documento. Por conseguinte, sempre deve ser efetuado o controle de qualidade.

Em segundo lugar, os documentos que solicita o Comitê à Secretaria devem passar por ele antes de sua publicação. Esse acordo já foi adotado há muito tempo e deve cumprir-se. Não desejaria, Senhor Secretário-Geral, que se possa pensar aqui que as Representações ou alguma delas, e digo isto enfaticamente, e menos o Coordenador deste Grupo, estejam tentando desvirtuar o trabalho da Secretaria-Geral, pelo contrário, sempre apoiamos o trabalho da Secretaria-Geral, e continuaremos apoiando-o. Além disso temos uma altíssima opinião do trabalho que efetua a Secretaria-Geral. É por isso que este problema que aconteceu com estes Estudos se torna mais notório e mais visível ainda, porque não responde ao tipo de trabalho e à qualidade de trabalho da Secretaria.

Enfim, creio que devemos olhar para adiante nesta matéria. Todas as Representações ainda podem fazer as observações de forma e de fundo que considerem necessárias, para que os participantes do Seminário-Oficina possam contar com suficiente informação que lhes permita, insisto, não corrigir os documentos, mas refazê-los, porque há outro elemento que tem a ver não com a metodologia, mas com o sentido que devem ter estes documentos sobre os quais foram feitas observações de fundo, que creio seria bom considerar, porque não é apenas uma matéria opinável e discutível, por exemplo, que um estudo tenha ou não uma condução em função de alguns termos de referência bastante claros.

Isso é tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Luz María de la Mora Sánchez). Obrigado, Senhor Presidente.

A Representação do México, como já manifestou, já enviou seus comentários aos Estudos de Comércio Eletrônico, Tributação e Governo Digital. Não vamos entrar nos detalhes dos comentários feitos. Somente queremos mencionar dois pontos que desejaríamos fossem consideradas no Seminário.

O primeiro é que o termo Governo Digital, como indica um dos documentos, refere-se, de forma ampla, à informação de tecnologia para a modernização do Estado, a gestão do Estado, a relação do Governo com a sociedade, etc. e o tema de comércio eletrônico é um tema também bastante amplo, que tem arestas e muitas áreas de análise relacionadas com a questão tributária, com as questões aduaneiras, de comércio internacional, etc. Manifestamos, de forma insistente, ao representante do México que virá da Secretaria de Economia ao Seminário para que faça uma observação da análise do que é Governo Digital e Comércio Eletrônico em função do que poderia contribuir para a agenda da ALADI que é a agenda da integração.

Nos estudos são incluídas questões como a página da CONACULTA, a Suprema Corte de Justiça, etc., que são informações corretas, levando em conta que existe a digitalização das administrações dessas instituições. No entanto, a pergunta é em que medida isso é o que necessitamos analisar ou entender para realmente poder, depois do Seminário, apresentar ao Comitê de Representantes recomendações que lhe possam sugerir aos Ministros em sua Agenda de Trabalho, como aprofundar as áreas de Governo Digital e Comércio Eletrônico. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Senhor Presidente.

Estive escutando com muita atenção todos os comentários sobre este tema, que coincido com a Presidência, é muito importante. Porém, não obstante o fato de que alguns colegas conhecem a nota que enviei à Secretaria-Geral sobre estes assuntos específicos, estando nesse momento, talvez algo confundido por esta aparente dicotomia que surgiria de definir os erros de fundo e os de forma, desejo assinalar, textualmente, que quando a Representação do Peru enviou esta nota à Secretaria-Geral julgou conveniente não solicitar sua distribuição.

Considerávamos suficiente que a Secretaria conhecesse o parecer da Representação do Peru sobre este tema, levando em conta que neste momento foram manifestadas muitas coisas e outras não e, em essência, preocupa-nos que se parta de bases equivocadas, se é tomada como base a documentação incompleta, as informações parciais, inclusive as dos jornais, para não somente referir-nos à utilização de páginas web, de forma incompleta. A realidade é que estas informações, as conclusões de um determinado estudo não têm confiabilidade nem validade.

Para não fazer mais longa esta intervenção, desejaria simplesmente ler alguns parágrafos desta nota, que fixa claramente a posição do Peru sobre este tema. A nota diz: Esta Representação deseja lembrar à Secretaria-Geral que quando foi apresentado o primeiro dos documentos citados *supra*, na reunião ordinária do Comitê de Representantes, de 16 de outubro passado, quem subscreve fez notar

importantes erros e inconsistências da informação referente ao Peru, bem como com relação a outros países-membros.

Neste contexto, mediante Nota MPC 329 da Representação Permanente da Colômbia, em exercício da Presidência Pro Tempore da Comunidade Andina, solicitou a essa Secretaria-Geral que levasse em conta as observações de fundo e de forma apresentadas na referida reunião do Comitê de Representantes pelos países andinos e que fosse elaborada uma versão revisada do documento.

A Representação Permanente do Peru recebeu, posteriormente, o documento de estudo sobre Governo Digital que, lamentavelmente, carece de informação importante sobre o Peru, em particular sobre políticas de Governo Digital. Corresponde assinalar que a base documental utilizada pelo consultor contratado não é completa nem de qualidade, e baseou-se apenas na avaliação de páginas web, quando estas foram encontradas em informações de jornais, fato que não confere confiabilidade nem validade às conclusões do mesmo.

Devido as fraquezas constatadas em ambos os documentos a Representação do Peru considera que os mesmos não se correspondem com os termos de referência adotados pelo Comitê de Representantes e, portanto, considera-se que devem ser reformulados em sua totalidade, sem que isso represente despesas adicionais no orçamento da organização.

Neste sentido compartilha do parecer das Representações que consideram conveniente que o documento sobre Governo Digital não seja levado em conta como insumo para os debates do próximo Seminário-Oficina sobre Comércio Eletrônico a realizar-se na sede da Associação, nos dias 28 e 29 deste mês.

A Representação Permanente do Peru deseja pôr especial ênfase no necessário controle de qualidade e zelo que deve dar a Secretaria-Geral quando se trata da elaboração de estudos em temas de particular importância e prioridade para os países-membros, como é o caso do comércio eletrônico e das tecnologias de informação, mais ainda quando está em jogo a imagem e a credibilidade da Associação. Considera, igualmente, muito importante ter especial cuidado na seleção dos consultores, aos quais deve exigir-se um trabalho de qualidade e é fundamental a estreita vigilância da Secretaria-Geral.

A Representação Permanente do Peru faz constar que não é sua intenção reduzir as atribuições e funções da Secretaria-Geral outorgadas pelo Artigo 38 do Tratado de Montevideu 1980 quando se trata de documentos de sua exclusiva responsabilidade e cujas contribuições substantivas e alta qualidade dos mesmos esta Representação reconheceu em múltiplas oportunidades. Porém, considera que no caso dos trabalhos ou estudos encomendados diretamente pelo Comitê ou que se realizam em cumprimento do Programa de Atividades, que também é aprovado por Resolução do órgão político permanente da Associação, devem, indefectivamente, ser considerados e analisados previamente em seu âmbito de competência antes de sua publicação ou incorporação no site *web* da instituição.

É tudo, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Creio que com as contribuições que recebemos de diferentes Representações, concluímos este ponto da Ordem do Dia.

Permito-me simplesmente uma reflexão. Creio que aqui podemos observar como qualquer estrutura pode ser aperfeiçoada. Em diferentes grupos e em conversações informais fomos ajustando os mecanismos e procedimentos e é compreensível a preocupação existente, tanto nas Representações como na Secretaria para defender seu trabalho. Deveremos fazer qualquer esforço para que o trabalho seja mais eficiente para o conjunto.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Senhor Presidente, não quis participar do debate. Creio que há um grande consenso

quanto a esses documentos. Todos nós encontramos em um caso ou em outro, erros de forma ou de fundo. Creio que há já um acordo sobre a necessidade de revisá-los.

Queria, simplesmente, pedir um pequeno resumo do que decidimos. Entendo que decidimos que vamos refazer os documentos, com base inclusive em, no caso do Governo Digital, das conclusões do Seminário que se realizará e no caso do documento sobre tributação com base, inclusive, em insumos que as Representações apresentarão à Secretaria. Quer dizer que nós, por exemplo, submetemos este documento às autoridades encarregadas do tema tributário. É um tema, como todos sabemos novo, complicado, complexo. Logicamente, estamos esperando, não temos condições nem comentários, nem sequer a estrutura mesma do tratamento do tema no que se refere a tributação.

O último ponto, se entendi bem, o Seminário-Oficina, tratará exclusivamente o tema Governo Digital, não vai cuidar do tema de comércio. Neste momento não estaremos entrando em comércio eletrônico. Isso é muito importante para saber as pessoas que virão. No nosso caso virão uma ou duas pessoas que se ocupam diretamente do tema do Governo Digital na Presidência da República, mas não se ocupam do tema “Comércio Eletrônico”.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Coincido com a síntese feita pelo Delegado do Brasil. Creio que estamos todos de acordo em que esse é um resumo das resoluções adotada hoje no Comitê. O Coordenador do Grupo de Trabalho correspondente manifesta que esta era a síntese adequada. Por conseguinte, concluímos com este ponto.

Passaríamos a considerar o próximo ponto da Ordem do Dia.

5. Relatório sobre a evolução do “Acordo Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio” (ALADI/SEC/di 1694).

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Carlos Alonso). Obrigado, Senhor Presidente.

De acordo com o estabelecido no Programa de Atividades da Associação para este ano, a Secretaria-Geral publicou o documento ALADI/SEC/di 1694, de 26 de setembro de 2002, sobre a situação da ações correspondentes ao “Acordo Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio, que contém a informação sobre os antecedentes relativos à constituição e

vigência do Acordo, bem como as ações e os avanços realizados durante o último ano.

O documento faz uma resenha da situação em que se encontra o Acordo a partir das respostas recebidas pelos países-membros relativas às designações dos Representantes –Titular e Alternos- perante a Comissão Administradora do Acordo, criada ao amparo do mesmo.

Outrossim, refere-se ao Projeto de Regulamento de funcionamento da Comissão Administradora do Acordo, preparado e enviado oportunamente pela Secretaria-Geral às Representações com o propósito de dar passo à conformação e funcionamento deste órgão administrador, o qual até o momento recebeu os comentários das Representações da Colômbia, México e Uruguai, bem como sua aceitação por parte da Argentina, Bolívia e Peru.

Atendendo as designações realizadas e em virtude do manifestado pelos Senhores Chefes de Representação, por ocasião do processo preparatório da XII Reunião do Conselho de Ministros, sobre a importância que têm este tema no intercâmbio dos países-membros, a Secretaria considera que estão dadas as condições para convocar a Primeira Reunião da Comissão Administradora do Acordo Quadro, para o qual sugere sua realização na sede da Associação em data a ser determinada.

Outrossim, caso esta convocação se considere oportuna e como consta no documento supra citado, submete-se à consideração dos países-membros uma agenda tentativa para essa reunião, contendo a seguinte ordem do dia:

- 1.- Abertura da Reunião
- 2.- Constituição da Comissão Administradora
- 3.- Relatório da situação do Acordo por parte da Secretaria-Geral
- 4.- Aprovação da Agenda
- 5.- Aprovação do Regulamento de funcionamento da Comissão Administradora
- 6.- Designação das autoridades da Comissão
- 7.- Estruturação e aprovação do Programa de Trabalho da Comissão com base nas necessidades e orientações a serem implementadas com o Acordo Quadro.
- 8.- Outros temas
- 9.- Designação da sede e data da Segunda Reunião da Comissão Administradora.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Em definitivo, estamos tratando de definir se estão dadas as condições para convocar a Primeira Reunião da Comissão Administradora do Acordo Quadro. Provavelmente perante o silêncio dos senhores

creio que o tema deveria ser considerado em um grupo de trabalho para que analise este documento de forma mais pormenorizada.

Caso não haja observações sobre o tema e seja aceita pela Secretaria-Geral a sugestão da Presidência, enviaríamos o tema para consideração do Grupo de Trabalho do Programa de Atividades para vincular isto com o programa para o ano 2003. Se estão de acordo assim procederíamos.

6. Apresentação do Estudo sobre "Evolução do comércio negociado entre os países - membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)" (ALADI/SEC/Estudo 152).

Corresponde tratar o ponto 6, apresentação do Estudo sobre "Evolução do comércio negociado entre os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)". Tem a palavra a Secretaria-Geral na pessoa do Secretário-Geral Adjunto, Leonardo Mejía.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, Senhor Presidente.

O Estudo de Evolução do Comércio Negociado entre os Países da ALADI foi elaborado pela Secretaria-Geral em cumprimento do Programa de Atividades para este ano e concretamente da atividade 3.7. Seu propósito é analisar a evolução qualitativa e quantitativa do comércio negociado no período 1993 – 2000, bem como sua participação no intercâmbio intra-regional. A análise foi realizada por mecanismos do Tratado de Montevideu 1980, por grandes categorias de produtos e para cada um dos países da Associação.

Cuba fica excluída porque a Secretaria recebeu informação sobre esse país. No mês de junho se define como comércio negociado o realizado ao amparo das preferências pactuadas nos acordos assinados no âmbito do Tratado de Montevideu 1980. Os fluxos comerciais intra-CAN que são regidos pelo Acordo de Cartagena não inscritos no âmbito da ALADI não fazem parte do presente Estudo.

A informação sobre comércio negociado se conformou com a fornecida totalmente pelos países como no caso da Colômbia e como é o caso do Chile para 6 dos 8 anos analisados, com a fornecida pelos países de forma parcial e complementar e/ou ajustada pela Secretaria-Geral e com a da Secretaria-Geral.

Conseqüentemente o Estudo efetuado neste documento corresponde, no estrito sentido da palavra, ao comércio de produtos negociados, mais que ao de comércio negociado. A fim de contar com dados homogêneos trabalhou-se a nível NALADI/SH 96 e com preferências percentuais. Isto significa que os acordos negociados com preferências residuais foram transformados em preferências percentuais.

Para a análise foram utilizados os seguintes indicadores. Em primeiro lugar o grau de cobertura tarifária por Acordo, ou seja, o número de itens NALADI/SH 96 que se beneficiam de preferência em relação ao total de itens da nomenclatura. Em segundo lugar, a utilização das preferências por Acordo, ou seja, o número de itens com comércio em relação ao total de itens do Acordo. Em terceiro lugar, a cobertura comercial, ou seja, as importações negociadas em relação às compras desde o co-participante.

Cabe destacar que o grau de cobertura média dos acordos assinados entre pares de países, bem como o índice de utilização média, foram calculados por país outorgante. Isto significa que foi ponderado pelo comércio canalizado através dos mesmos.

As conclusões principais do trabalho são que entre os anos 1993-2000, a média das compras negociadas foi de 24.709 milhões de dólares, equivalentes a 66% das importações intra-regionais. A Argentina, a Bolívia, o Brasil e o México tiveram médias superiores à mencionada.

Apesar da queda registrada no comércio negociado no ano 1999, no período analisado se observa uma tendência crescente em seu comportamento. Com efeito, o coeficiente passa de 52% em 1993 para 74% no ano 2000.

Neste período o ritmo de crescimento das importações negociadas foi de 16%, sendo superior ao registrado no comércio intra-regional, que aumentou para 10,3% e ao global, que registrou uma taxa de crescimento de 11,1%.

Corresponde assinalar também que as compras negociadas, efetuadas pelo Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Venezuela experimentaram um ritmo de crescimento anual superior à média regional antes mencionada.

Ao analisar as compras negociadas por mecanismos, evidencia-se a importância adquirida pelos acordos de alcance parcial, através dos quais no ano de 1993 ingressaram 80% do total, atingindo em 2000 a cifra de 91%. Ela se vincula fundamentalmente ao dinamismo dos acordos de complementação econômica, especialmente os chamados de terceira geração que, em geral, substituem e/ou absorveram os acordos de renegociação do patrimônio histórico.

Outrossim, a análises por grande categorias de produtos revela que durante o período considerado, das compras negociadas 57,6% corresponderam a produtos manufaturados, a alimentos 22,7%, a combustíveis 9,9%, a minerais e metais 6,1% e a matérias-primas agrícolas 3,3%.

A participação dos produtos negociados nas compras inter-regionais aumentou significativamente no decorrer do período que está sendo analisado para todas as categorias. As importações de alimentos efetuadas entre os países da Associação passaram de 51% para 83%, os combustíveis de 35% para 70%, os minérios e metais de 52% para 84% e, finalmente, as manufaturas passaram de 48% em 1993 para 72% em 2000.

No período analisado 79,8% das compras negociadas foram realizadas pela Argentina, Brasil, Chile e México, fato que evidencia a relação entre a importância do comércio negociado e o tamanho do país importador.

Neste período o índice de cobertura médio aumenta para a maioria das relações bilaterais regidas por acordos de terceira geração atingindo, inclusive em 220 valores próximos a 100%. Naquelas relações que ainda não estão regidas por acordos de terceira geração os índices de cobertura média são significativamente menores, como os casos dos países da CAN e do MERCOSUL, excetuando aquelas relações entre o Equador e o Paraguai e entre o Equador e o Uruguai que têm acordos de complementação econômica, do MERCOSUL e do México, excetuando o Uruguai, do Chile e da Bolívia e de Cuba com os demais países da Associação.

As compras negociadas -e este é um dado interessante- são mais significativas quando o nível de desgravação é também maior. Em 2000 das importações negociadas na Associação 85% entrou através de itens, cuja categoria preferencial é superior a 60%.

O índice de utilização médio dos acordos assinados entre os países-membros da região foi de 29,5% no ano 2000. Logicamente, a importância das concessões utilizadas varia segundo os países considerados.

Além das conclusões antes mencionadas, é importante salientar algumas apreciações de caráter qualitativo como que a eficácia de uma concessão não pode medir-se exclusivamente pela circunstância de que se tenha produzido ou não comércio. Nesse sentido, para analisar a qualidade das preferências e obter conclusões sobre o potencial do incremento do intercâmbio que se realiza, poderiam ser incorporadas também variáveis adicionais tais como as relativas à oferta exportável, aos tipos de câmbio, que como sabem aumentam ou diminuem o efeito das concessões e as restrições não-tarifárias. Porém, a análise desses fatores excede o propósito deste Estudo.

Finalmente os efeitos dos Acordos sobre as correntes de comércio dependem das mudanças nos padrões de consumo e de produção no país importador, os quais estão determinados pela elasticidade, preço da oferta e da demanda e pela eficiência produtiva perante o resto do mundo. Um país possui muitas possibilidades de aproveitar uma concessão em benefício próprio quando recai sobre os bens produzidos para o mercado internacional. Isto pelo menos registra oferta exportável de forma permanente.

Estas são as conclusões principais do Estudo que está sendo considerado pelos senhores e que foi preparado por uma equipe interdisciplinar da própria Secretaria-Geral. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral Adjunto por este interessante relatório. Tem a palavra as Representações.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente.

Com diz o velho ditado “uma pá e cal e uma pá de areia”. Tivemos nossa conversa sobre a cal e hoje realmente me alegra poder fazer um comentário sobre este documento que consideramos excelente.

Um documento da qualidade, da transparência, com todo o cuidado metodológico que esperamos e que normalmente temos na Secretaria da ALADI. Realmente tenho tecnicamente muito pouco para comentar porque tanto eu como meus colegas, quando limos e juro que li o documento, porque considerei que era muito interessante, encontramos que é um trabalho que contribui com muitas informações úteis para os países.

Obviamente enviamos o documento a nossa capital para que possa trabalhar com sua informação. Tivemos alguma resposta, algum eco sobre o conteúdo do documento. Consequentemente, somente me resta felicitar a Secretaria e em particular a equipe que coordenou o economista Mejía e esperar, certamente, a

resposta de nossa capital a esse respeito e provavelmente possamos tratar novamente o tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Para compensar vamos dar a palavra a Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Representação de Cuba felicita também a Secretaria pela qualidade e pelas contribuições deste trabalho. Há uma espécie de sentimento de que este trabalho seja incorporado como base das análises e exames que devemos fazer no próximo ano para discutir um programa para a criação de uma área de livre comércio na ALADI, como parte do mandato da Resolução 55 do XII Conselho de Ministros, o qual estamos compartilhando, mas nem tudo é areia.

Cuba não está nesse trabalho. Entendemos perfeitamente os motivos pelos quais a informação sobre Cuba não está presente. Existe um tempo. Penso que ainda podemos melhorar muito mais esse trabalho, tratando de incorporar essa informação de comércio negociado no caso de Cuba, porque somos parte desse processo e deveríamos estar incluídos. Espero que a Secretaria compreenda e tenho a certeza de que serão tomadas as providências necessárias. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente.

Presidente, desejaria manifestar que este Estudo que recebemos há duas semanas, e que está sendo analisado em nossa Representação pelo Conselheiro Econômico, tem em uma primeira apreciação um enorme valor, tal como dizia meu colega de Cuba, para o trabalho que devemos empreender por mandato da Resolução 55 (XII) e serve então, juntamente com outros Estudos já existentes, como uma base fundamental para perfilar esta apresentação que devemos fazer ao Conselho de Ministros.

O fato de que seja um Estudo elaborado por uma equipe da Secretaria já nos dá muita confiabilidade e nos produz muita segurança quanto a que os dados nele contidos e as análises realizadas são confiáveis e úteis para nossos países.

Nesse sentido adiro às felicitações. Desejaria conhecer os membros da equipe porque, na realidade, há um trabalho anônimo que seria muito importante destacar. Esse espírito corporativo é muito importante, Secretário, e devemos mantê-lo, mas às vezes é importante conhecer concretamente as pessoas que trabalharam dias após dia, analisando os documentos e tirando conclusões. Vejo aqui Dorita e Madelón, que desejaria felicitar junto com o economista Mejía.

Desejaria fazer uma pequena apreciação sobre algo que aparece na página 41, que sem prejuízo de fazer por escrito algumas apreciações sobre isto, desejaria manifestá-lo expressamente aqui pelas razões que vou explicar. Na página 41, onde se fala do Chile e do México, diz: “na década de noventa o Chile privilegiou a assinatura de Acordos de Livre Comércio com maioria dos países da região, sendo as exceções a Bolívia e Cuba, com os quais possui acordos de tipo seletivo”.

Isso é absolutamente certo, exceto em que dá a impressão de que o Chile privilegiou com os demais países os acordos de livre comércio, mas não com Cuba e a Bolívia, isto é, o fato de ter agora um Acordo de Complementação com a Bolívia e com Cuba não responde a que com eles não tenhamos privilegiado um acordo de livre comércio, obedece a circunstâncias de situações de assimetria das duas economias ou situações de projeção histórica que é necessário agrupar no futuro, mas nosso país está disposto a assinar um acordo de livre comércio e de fato estamos em alguma conversação a esse respeito com todos os países-membros e privilegiamos um acordo de livre comércio de terceira geração com todos os países-membros da Associação e não somente com a maioria, mesmo quando os resultados hoje sejam esses.

É um matiz, mas creio importante ressaltá-lo porque revela uma predisposição política de nosso Governo trabalhar nesta linha de abertura completa.

Finalmente, desejaria perguntar aos responsáveis pelo Estudo, e como manifestou o economista Mejía, não se pode medir efetivamente o aproveitamento ou não de uma preferência somente pelo comércio existente, devemos conhecer a potencialidade deste setor nesse comércio.

Desejaria perguntar se podemos, em algum momento, unir isto à demanda potencial, porque dessa maneira, e inclusive para os efeitos da Resolução 55 (XII), poderíamos obter um quadro completo do que estamos utilizando, do que não estamos utilizando e do que poderíamos utilizar do que foi negociado. Creio que isto poderia servir muito para esclarecer este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do Chile. Certamente quando concluem as exposições das Representações serão feitas consultas à Secretaria-Geral e solicitamos que sejam respondidas.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti). Obrigado, Senhor Presidente.

Efetivamente, nossa Representação considera positivo o Estudo apresentado hoje. Este tipo de trabalho deve sempre perseverar na Secretaria-Geral, porque nos permite conhecer a utilidade dos acordos negociados no âmbito da Associação e qual o aproveitamento das preferências que fazem os operadores econômicos de nossos países.

No Estudo que se acaba de comentar, fala-se sobre os diferentes acordos previstos no Tratado de Montevideu 1980 e os efetivamente assinados pelos países, seja como acordos de alcance parcial ou de natureza regional.

Além disso, considerou-se fundamental o comércio gerado por esses acordos, tanto no âmbito de países como de categorias de produtos. A utilidade do Estudo, a nosso entender, é que tem algumas linhas de ação para o futuro, por exemplo, saber com alguma precisão as razões pelas quais as preferências pactuadas não puderam transformar-se em correntes comerciais, que papel desempenham no escasso grau de aproveitamento das preferências às restrições não-tarifárias. Que devem fazer os operadores econômicos e os governos para substituir com produção regional as atualmente provenientes de terceiros países, sem prejudicá-los nos níveis de bem-

estar da população. Mais ainda, como incorporar às preferências negociadas os produtos que atualmente permanecem excetuados.

Desejaríamos, finalmente, Senhor Presidente, que o Estudo fosse amplamente divulgado entre as autoridades dos países-membros, vinculados ao comércio exterior, bem como entre seus empresários e ressaltado perante seus empresários, porque muitas vezes eles reclamam, porque não sabem que acontece com todo este tipo de acordos que nós ou os países assinam permanentemente, talvez por falta de informação ou por não ter os documentos adequados não aproveitam essas vantagens que discutimos os Governos que pertencemos a esta Instituição. Novamente nossas congratulações e adiro às já recebidas pela Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Muito obrigado por sua intervenção e por sua explicação sobre sua situação atual, Senhor Embaixador.

Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Desejo aderir às congratulações à Secretaria-Geral e estamos conscientes de que este documento será muito importante para os trabalhos estabelecidos na Resolução 55 (XII) do Conselho de Ministros passado, Senhor Presidente.

Ao mesmo tempo desejo manifestar que teria gostado estar melhor representados quanto a nossas possibilidades de comércio que nos dão as preferências. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante, tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação de VENEZUELA (Carlos Longa González). Obrigado, Senhor Presidente. Adiro às congratulações pelo trabalho apresentado. Geralmente é um trabalho elaborado regularmente pela Secretaria que permite analisar a evolução do comércio negociado como propõe o trabalho.

No entanto, neste trabalho devem ser feitos alguns acréscimos em uma perspectiva de futuro e ao amparo do proposto pela Resolução 55 (XII) impulsionar um avanço nas preferências entre os doze, como manifestava o Representante de Cuba de que deverá, no curto prazo, incorporar temas comerciais de Cuba. Também será necessário incorporar, de alguma maneira, o comércio intra-andino e digo isto desde a perspectiva da Resolução 55 (XII), porque aqui se está falando de um comércio de perto de 24.000 milhões e o comércio intra-andino é neste momento de aproximadamente 6.000 milhões, com o qual muitas das conclusões apresentadas na primeira parte estariam certamente reforçadas, todas as referentes a quando se concede a preferência maior, esta consolida correntes de comércio mais sólidas, sem dúvida, mas outras produziram a dúvida de se já são conclusões formais a este Estudo, mas incorporando a variável intra-andina entrariam somente no campo do juízo de valor.

Porém, queria manifestar que, além da qualidade do trabalho, como mencionava o Chile, se vamos considerá-lo como uma resposta à Resolução 55 (XII) devermos levar em conta esses dois elementos que indicamos. O tema Cuba, por um lado, e o tema comércio intra-andino, por outro. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação de COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Realmente, as palavras do colega da Venezuela expressaram parte da preocupação que queria manifestar, mas congratulo a Secretaria-Geral pelo profissionalismo e por este Estudo tão completo e importante que representa um insumo para nossos países e, fundamentalmente, para nossos Ministérios de Comércio Exterior.

Desejo chamar a atenção sobre o valor deste Estudo, que deveria ser complementado para não duplicar esforços com a Comunidade Andina de Nações. Não sei quando a Secretaria, como expressava meu colega venezuelano, consulta ou coordena para elaborar estes relatórios a informação com a CAN. Considero que é uma observação importante para o futuro dos estudos que levem em conta a análise dos países andinos. Por conseguinte, como Representante da Colômbia e Coordenadora da CAN me ofereço para o que for necessário como intermediário, caso assim se considere conveniente.

Igualmente, desejo expressar a adesão da Colômbia para que este Estudo seja verdadeiramente completo e para que expresse nosso sentido de integração deve estar incorporada a informação correspondente a Cuba. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Confesso que não li o documento, apenas dei uma olhada, mas entendo que é um documento de grande mérito e adiro às congratulações já expressadas.

Tenho uma preocupação que vou manifestar somente para que fique registrada, considerando que a metodologia muitas vezes supõe um processo no qual se condicionam os resultados. Há uma parte que me preocuparia e é a seguinte: página 16, primeira parte: "... além das considerações mencionadas, deve assinalar-se que neste documento, na análise da evolução das importações negociadas se efetua a preços correntes, apesar do interesse que implicaria a realização de uma análise a preços constantes, as diferentes opções atualmente disponíveis, índice da CEPAL, utilização da inflação internacional não estão isentas de inconvenientes. Nesse sentido a elaboração de um índice regional permitiria diminuir essas insuficiências" e depois diz: "Na nota do rodapé da página 19, que a Secretaria iniciou a elaboração do mencionado índice, tomando como base o ano de 1998".

Na verdade este é um ponto muito delicado, porque se à análise que for feita é aplicado um índice país por país, globalmente serviria muito bem para considerar, secularmente, muito útil os termos do intercâmbio. Na verdade, um índice desta natureza, além dos problemas metodológicos das cestas comparáveis ou não entre os países, teria como utilidade unicamente a globalidade da ALADI e não país por país, para as análises feitas nos quadros deste Estudo.

Portanto, considero que o fato de trabalhar a preços correntes em dólares reflete já as condições de inflação interna para o exterior de cada um dos países, reflete-se no tipo de câmbio. Querer utilizar as cifras em dólares em termos reais é conceitualmente algo muito complicado, e difícil de explicar. Preocupa-me muito porque um dos primeiros trabalhos que tive na minha vida foi fazer um índice de preços para o consumidor e cada vez que tenho a necessidade de aplicar um índice, e neste caso generalizando entre países, é muito complicado. Não recomendaria isto,

embora considero muito aconselhável ter um índice global ALADI que nos permita continuar secularmente as tendências, mudanças, nos termos do intercâmbio. Mas, repito, as cestas de cada um dos países de exportação e importação não são comparáveis e creio que serviria a presença relativa na grande cesta ALADI dos países um por um para permitir integrar a cesta correspondente ao índice de preços. Não recomendaria trata de expressar em dólares o que já reflete as tendências de inflação interna frente ao exterior, realizá-lo em dólares e depois, inclusive, aplicá-lo em termos reais. Creio que é um assunto que metodologicamente deve ser estudado muito bem. Considero que isto seria muito recomendável. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado Senhor Representante do México. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (María Elena García de Baccino). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo aderir às congratulações de todos meus colegas ao Estudo 152, porque é um Estudo realmente importante para poder visualizar o trabalho encomendado pela Resolução 55 (XII) e pela Resolução 56 (XII), porque neste Estudo da evolução do comércio negociado podemos apreciar que, embora exista um âmbito das preferências negociadas e que se busca maior intensidade em sua aplicação e de um amplo dinamismo no comércio intra-regional, podemos ver os elementos que também obstaculizam o comércio dos países da região.

Consideramos que existem assimetrias, desequilíbrios que, muitas vezes, apesar das preferências outorgadas por motivos que conhecemos de acesso a mercados não houve intercâmbio comercial mais profundo. Portanto, creio que este Estudo deve ser continuamente complementado e que nos ajudará a buscar como fortalecer o intercâmbio regional, mais ainda para que os países do sistema de menor desenvolvimento econômico relativo possamos buscar a utilização das preferências que nos outorgaram através dos acordos, mas que atualmente não são utilizadas e quais seriam os mecanismos para poder utilizar essas preferências na busca da conformação, no futuro, de uma zona de livre comércio e aproximar-nos a acordos mais profundos. Obrigado, muito amável.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Senhor Presidente. Muito brevemente para aderir também à apreciação do Comitê sobre o trabalho da Secretaria nesse Estudo. Creio que é um documento, ao igual que vários outros desta série que recebemos anteriormente, extremamente útil para nosso trabalho.

Atrever-me-ia a dizer que me parece muito válida a observação que fizeram alguns dos países andinos sobre a conveniência de ter, na medida do possível, o comércio intra-andino também refletido nesse documento, bem como o comércio de Cuba.

O Senhor Representante do México fez uma observação sobre a questão de índices de atualização. Não sei se seria o caso para, se se quer, uma visão mais atualizada e concordando com a observação que fez, se não fosse simplesmente o caso de atualizar o valor do dólar. Como todo o documento está em dólares se queremos ter uma avaliação que não seja de preços correntes, mas preços não variáveis seria tomar simplesmente o valor do dólar como base para todo o Estudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral, há perguntas formuladas que requerem sua resposta depois de um amplo consenso de que esta vez tocou a areia.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Em nome da Secretaria agradeço todos os favoráveis comentários sobre este trabalho cuja elaboração não foi nada fácil, principalmente pelo tema das estatísticas e sua depuração é um problema muito complicado porque não todas as estatísticas que recebemos vêm com uma declaração clara do acordo ao qual pertencem e isso estendeu inclusive muito o desenvolvimento da atividade. E, em parte, isso explica também a ausência de não tratar o tema da participação de Cuba, por um problema de disponibilidade de informação, por um lado, e de qualidade dessa informação que temos agora, mas que a estamos melhorando progressivamente e esperamos que já, em uma próxima edição se realize essa incorporação como corresponde.

Além disso, a idéia também é que esta análise está feita um pouco a partir do estudo anterior, das coisas que já temos perfeitamente registradas e a relativamente recente incorporação de Cuba. Ali existe um defasagem, digamos, temporária que explica, por que não figura Cuba no documento e que no momento preciso vai figurar.

Com relação ao vínculo comércio-preferência há três anos fizemos uma primeira experiência sobre esse trabalho. É difícil também porque o vínculo entre o comércio e a preferência negociada, a preferência efetivamente aplicada, depende muito da preferência –preço do produto, da elasticidade – preço do produto e evidentemente a preferência influi muito mais sobre o comércio de produtos manufaturados e na medida em que esse produto tenha maior complexidade tecnológica e nessa medida a preferência terá maior impacto sobre a geração de comércio.

Nós, deliberadamente, ainda não incorporamos novamente essa variável neste documento porque pensamos que há três anos já houve uma boa experiência e seria conveniente esperar mais um pouco para ver como, efetivamente, evoluiu essa preferência.

Naquele momento, se mal não lembro a conclusão era que a preferência funcionava com preferências que fossem pelo menos iguais a 60%, com relação à tarifa vigente a partir desse momento, porque deve combinar-se as preferências com as tarifas nominais e saber qual é a preferência que efetivamente se aplica no momento que se concretiza a transação comercial.

É um trabalho que ficou pendente e que em algum momento devemos atualizar.

Com relação ao potencial não há nenhum problema. Podemos trabalhar sobre o potencial de demanda aparente que existe sobre determinado produto no âmbito regional. Isso não nos causaria muitos inconvenientes. Creio que poderia ser uma boa contribuição para o futuro. Tomem nota que já o Secretário está mandando lineamentos sobre o futuro trabalho.

Quanto ao tema intra-andino, entre quatro dos países andinos há 100% de preferência tarifária. Isto é, está totalmente, liberados. Com algumas dificuldades o Peru se está incorporando à zona de livre comércio de forma acelerada.

Creio que poderia ser bom exercício conhecer um pouco sua evolução. Teremos contatos com os amigos da Comunidade Andina e da Secretaria da Comunidade,

para que também nos informem. Retroalimentamo-nos em matéria de informação estatística de forma permanente. Existe muito estreita vinculação com todos, inclusive não somente a nível do Secretário, mas no âmbito de toda a estrutura de ambas as Secretarias e creio que seria um exercício interessante de fazer. Evidentemente aqui a restrição que tivemos é que entre os quatro andinos já existe comércio absolutamente liberado há alguns anos e creio que não alteraria os resultados, como manifestava o Representante da Venezuela. Mas, evidentemente sim é uma falência que devemos reconhecer no documento, digamos consciente dessa limitação que temos, mas vamos fazê-lo.

Sinceramente, Senhor Presidente, estou muito contente pelo impacto produzido por este trabalho, é a linha de trabalho que nos impusemos e vamos continuar trabalhando nessa linha.

E, por último, queria referir-me ao índice. Também compartilho da dúvida do Senhor Embaixador do México. Lembrei que em uma negociação andina eu representava a Venezuela e levamos uma posição em termos de preços correntes e quando saímos de Caracas não tínhamos pensado na possibilidade de que nos falassem em preços constantes. Afortunadamente ninguém disse nada. Foi aprovado o que tínhamos proposto e a tristeza foi que percebi que meus colegas eram eficientes como economistas, mas do ponto de vista da negociação houve importante lucro e nos resolveu alguns problemas existentes nesse momento.

Com efeito, devemos ter muito cuidado nesse trabalho da aplicação dos índices. Talvez uma saída seja aplicar o valor dólar diretamente. Essa é uma coisa que estamos avaliando internamente. Inclusive, já está incorporado como parte das atividades que estamos propondo para serem desenvolvidas no próximo ano pela Secretaria-Geral. Era isso o que queria expressar e desejo agradecer novamente às Representações pelas suas contribuições e esperamos que no futuro este tipo de trabalho continue satisfazendo as expectativas geradas sobre esse trabalho. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Com o ânimo fortalecido da Secretaria-Geral concluímos o tratamento do ponto.

7. Assuntos diversos.

Com relação ao ponto 7, Assuntos diversos tem a palavra as Representações de Cuba e do Chile.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández) Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria ler uma pequena Declaração de Cuba: Prezados Representantes Permanentes dos países-membros da ALADI e Observadores, ontem, pelo décimo primeiro ano consecutivo a aplastante maioria da Comunidade Internacional aprovou a Resolução: "Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, financeiro e comercial dos Estados Unidos contra Cuba".

O Governo de meu país, através de sua Representação Permanente junto à ALADI deseja agradecer aos Governos dos países-membros da Associação e aos Observadores seu reiterado apoio à aprovação dessa Resolução, que constitui uma reafirmação da condena internacional a esta genocida, fracassada e isolada política aplicada durante mais de quarenta anos contra meu povo.

O Governo norte-americano declarou já que não haverá mudanças em sua política para Cuba e que se manterá o criminal bloqueio contra meu país.

Perante esta incrível obcecação e indiferença de Washington ao critério majoritário da opinião pública internacional e do próprio povo americano temos a certeza de que continuaremos tendo seu apoio para pôr fim à esta injustiça. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Senhor Presidente, desejaria manifestar que na semana passada realizou-se, em Santiago do Chile, um Seminário organizado pela Secretaria da ALADI em conjunto com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), esta Representação e a Associação de Exportadores do Chile, destinado a apresentar aos exportadores agropecuários chilenos as preferências negociadas na ALADI e a potencialidade que estas preferências representam para eles como exportadores.

Desejaria felicitar as duas pessoas que estiveram ali, representando a Secretaria, as licenciadas Dora Rodríguez e Blanca Brisci, que tiveram uma muito boa acolhida por parte dos participantes deste Seminário. Foi extremamente útil para nossos exportadores, tanto assim que a Associação de Exportadores do Chile nos solicitou que este Seminário se repita, se for possível, no próximo ano em algumas regiões do país.

Ao mesmo tempo desejo manifestar que esta experiência foi positiva porque várias Delegações solicitaram que se realizasse em seus respectivos países, e creio que já se fez no Peru.

Por conseguinte, existe uma conexão direta, conforme os lineamentos dados pelo Conselho de Ministros quanto à conexão da ALADI e da Secretaria e de seu trabalho e o produto de seu trabalho com os atores econômicos concretos deste processo. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Secretaria-Geral também deseja referir-se a outros assuntos.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Vou ser muito breve, conforme o pedido de algumas Representações Permanentes e revisadas as agendas de compromissos na área aduaneira, pensamos que seria conveniente adiar a Reunião do Conselho de Assuntos Aduaneiros, bem como a de Peritos Governamentais em matéria de Trânsito Aduaneiro para o próximo ano porque neste ano já não temos tempo para realizá-las.

Outrossim, Senhor Presidente, para os dias 19 e 20 deste mês, foi convocado o II Seminário-Oficina de Responsáveis pela Promoção de Exportações. Até o momento falta acreditar os Delegados de três países. É conveniente tomar nota disso, principalmente pela problemática das passagens, porque sempre para final do ano há complicações nos lugares dos vôos.

Também desejo lembrar que os participantes deverão fazer uma exposição neste Seminário-Oficina. Apenas dois países enviaram seu relatório executivo. Seria

conveniente acelerar este trâmite, principalmente levando em conta que hoje é 13 de novembro.

Igualmente, Senhor Presidente, duas Delegações se comprometeram a fazer uma exposição adicional sobre a participação conjunta em matéria de promoção de exportações. Uma dessas delegações enviou seu relatório e a outra ainda não o fez. Seria conveniente também que tomasse nota disso com a finalidade de que este Seminário-Oficina seja o mais útil possível e que se obtenham os objetivos nele fixados. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral, lembro aos Senhores Representantes que quando conclua esta sessão faremos um brinde para receber a nova representante da Representação colombiana.

Encerra-se a sessão.
